

*J. David
Miranda*

**A população universitária
e a população portuguesa:
um confronto
da sua composição social**

1. Introdução: as fontes utilizadas

No âmbito dos estudos efectuados no Grupo de Bolseiros de Sociologia da Fundação Calouste Gulbenkian, em relação com o projecto «A Universidade na vida portuguesa», procedeu-se a um confronto da composição social da população universitária (estudantes) com a da população portuguesa (chefes-de-família). Os resultados essenciais desse confronto já foram publicados¹. Naturalmente, porém, que o seu significado depende, quer das fontes, quer das noções, métodos e cálculos de que se lançou mão para os obter. Na presente nota, nada mais se pretende do que explicitá-los.

Para a distribuição dos estudantes segundo as profissões paternas, utilizaram-se os dados do Inquérito CODES à «situação e opinião do universitário» (pergunta 37.B), publicados no volume *Situação e Opinião do Universitário*, Lisboa, 1967, e respeitantes ao ano lectivo de 1963/64.

Para a repartição dos chefes-de-família por profissões, recorreu-se ao Tomo V, volume 1.º, do *X Recenseamento Geral da População*, 1960. Consideraram-se apenas os chefes-de-família da população residente activa, mas limitando esta à que tem, ou profissão, ou ocupação de proprietário.

¹ Cfr. A. SEDAS NUNES, «A população universitária portuguesa: uma análise preliminar», Quadros n.ºs 11 e 12, *Análise Social*, VI (22-24).

2. O método adoptado

a) A fim de determinar a composição social da população estudantil, começou-se por agregar as «profissões» paternas, mencionadas na pergunta 37.B do Inquérito CODES, nos seguintes grupos (designados por «grupos socio-profissionais de origem») ².

Grupo I:

1. Trabalhador (assalariado ou independente) da agricultura, da indústria ou da pesca.

Grupo II:

2. Empregado ou auxiliar modesto de empresa particular;
3. Membro de patente inferior das Forças Armadas;
4. Funcionário inferior do Estado, dos Organismos Corporativos ou dos Organismos de Coordenação Económica;
9. Professor do ensino primário.

Grupo III:

6. Pequeno industrial ou comerciante de retalho;
7. Empregado categorizado de empresa particular;
10. Professor do ensino secundário;
13. Oficial das Forças Armadas ou da Marinha Mercante;
14. Proprietário rural.

Grupo IV:

5. Funcionário superior do Estado;
8. Industrial ou comerciante grossista;
11. Director ou funcionário superior de empresa particular;
12. Profissão liberal;
15. Proprietário urbano.

b) Efectuada a precedente agregação, procedeu-se à distribuição dos chefes-de-família da população residente activa igualmente por quatro categorias, que se afiguraram corresponder, muito aproximadamente, às definidas em a):

² Os números indicados à esquerda de cada uma das «profissões» indicam a ordem pela qual estas últimas figuram na lista proposta pelo Inquérito CODES.

Grupo I:

Trabalhadores por conta de outrem (menos os empregados) ³;
Não remunerados;
Isolados ³.

Grupo II:

Patrões e empregados, das profissões reunidas, em *a*), no Grupo II, e, das profissões equivalentes.

Grupo III:

Indivíduos das profissões reunidas, em *a*), no Grupo III, e das profissões equivalentes.

Grupo IV:

Indivíduos das profissões reunidas, em *a*), no Grupo IV, e das profissões equivalentes.

c) A respeito das duas distribuições que se acabam de indicar, convém fazer algumas observações:

1.^a As razões de nos termos limitado à população residente activa com profissão (acrescida dos proprietários) encontram-se, quer no facto de o Inquérito CODES considerar apenas a «profissão do pai» («proprietário» é indicado como profissão), quer em dificuldades com que se deparou na determinação dos chefes-de-família da restante população residente activa.

2.^a No Inquérito CODES, o termo «profissão» nem sempre está empregue num sentido preciso, como aquele que tem, por exemplo, no Censo: pode indicar tanto uma profissão propriamente dita, como um grupo de profissões ou uma situação na profissão.

3.^a A agregação em quatro «grupos» foi sugerida por uma das habituais divisões da sociedade — camada baixa (ou trabalhadora), camadas médias (baixa e alta) e camada alta —, e manteve-se, em parte, porque pareceram significativos os «saltos» entre as percentagens obtidas para tais grupos.

4.^a Dado que o esquema de classificação das profissões usado no Inquérito CODES difere do aplicado no Censo, e sendo impos-

³ Nos cálculos adiante apresentados indicar-se-á uma pequena correcção a fazer.

sível a perfeita conversão de um no outro, adoptou-se o seguinte critério para a distribuição em *b*): as profissões que aparecem no Censo com denominações iguais às do Inquérito entraram nos mesmos grupos a que pertencem em *a*); as restantes foram incluídas nos grupos que se supôs apresentarem uma posição socio-económica análoga à que elas «determinam». Esta suposição não assentou, evidentemente, em indicadores objectivos, mas no critério subjectivo de quem fez a distribuição, esforçando-se por encontrar profissões «equivalentes». Formaram-se, de certo modo, outros grupos, «grosso modo» correspondentes aos primeiros, que na comparação se tomaram como sendo os mesmos.

5.^a Estas classificações não estão perfeitamente ordenadas, pois os dados trabalhados não o permitem, quer porque «a distribuição das profissões ocupa uma larga escala» (Inquérito, página 201), quer porque se torna incompatível obter simultaneamente uma correlação válida e uma perfeita hierarquia. Rigorosamente, os grupos devem ser entendidos somente como *conjuntos das profissões englobadas*. No entanto, em larga medida «obedecem» à estratificação socio-económica referida, e daí o serem denominados, no Quadro 3, simultaneamente como «grupos socio-profissionais» e como «camadas». No caso da distribuição em *b*), há excepções que importa mencionar:

- estão no Grupo II os *empregados* pertencentes às profissões cujos *isolados* foram incluídos no Grupo I; o seu estatuto socio-económico será, num certo número de casos, inferior ao de muitos desses isolados; mas incluí-los em I levaria praticamente à suspensão do Grupo II, o que seria absurdo;
- todos os «comerciantes por grosso» entraram no Grupo IV, quando pelo menos os *isolados* deveriam ir para outros grupos; porém, o Inquérito CODES não faz a distinção entre patrões e isolados;
- os «oficiais superiores» figuram todos no Grupo III, porque no Inquérito não se fez a distinção: oficial subalterno, oficial superior; por «membro de patente inferior das Forças Armadas» entendeu-se: «sargentos, cabos e praças».

6.^a Como faltam os dados para uma repartição dos proprietários, tanto dos centros urbanos como das zonas rurais, pelos diferentes Grupos, assentou-se em que aqueles seriam incluídos no Grupo IV, e estes no Grupo III.

3. Cálculos efectuados

a) Cálculo percentual dos agrupamentos dos estudantes, segundo as profissões dos seus pais

Resultou da simples adição, dentro dos quatro Grupos acima definidos das percentagens (dadas pelo Relatório CODES) correspondentes às profissões neles agrupadas:

Grupo I 4,2 %

Grupo II

Profissão 2	...	3,6 %
» 3	...	2,4 %
» 4	...	2,3 %
» 9	...	1,5 %
		<hr/>
		9,8 %
Outras profissões	...	1,3 %
		<hr/>
<i>Total</i>	...	11,1 %

Grupo III:

Profissão 6	...	13,4 %
» 7	...	8,4 %
» 10	...	2,9 %
» 13	...	3,5 %
» 14	...	8,9 %
		<hr/>
		37,1 %
Outras profissões	...	4,7 %
		<hr/>
<i>Total</i>	...	41,8 %

Grupo IV:

Profissão 5	...	13,8 %
» 8	...	7,4 %
» 11	...	5,8 %
» 12	...	12,1 %
» 15	...	3,2 %
		<hr/>
<i>Total</i>	...	42,3 %

No Relatório CODES figuram 6,0 % de «outras profissões». Este total foi repartido (conforme acima se pode verificar), entre

os Grupos II e III, na proporção dos números 9,8 e 37,1. No mesmo Relatório registaram-se 0,7% de «sem resposta», que foram desprezados nos nossos cálculos.

b) *Número de chefes-de-família, entre os proprietários dos centros urbanos e os proprietários das zonas rurais*

O Censo não o indica, pelo que foi determinado a partir do número de chefes-de-família da população cujo *meio de vida* é o «rendimento de bens», já que os proprietários fazem parte desse conjunto populacional. O processo de o calcular baseou-se na hipótese de a razão entre o número de indivíduos proprietários e o número de indivíduos cujo meio de vida é o «rendimento de bens» se manter invariante, ao considerarmos apenas os chefes-de-família.

O *Quadro n.º 1* resume a recolha de dados que foi feita e os cálculos que se realizaram.

QUADRO N.º 1

	Centros urbanos		Zonas rurais	
	H	M	H	M
Proprietários (1)	9 053	4 637	57 816	18 226
Indivíduos cujo meio de vida é o rendi- mento de bens (*) (2)	9 518	20 677	57 974	61 527
Chefes-de-família cujo meio de vida é o rendimento de bens (3)	8 398	14 053	53 691	49 969
Chefes-de-família en- tre os proprietários	7 988	3 152	53 545	14 802
<u>(1) x (3)</u> (2)	11 140		68 347	

* Eliminaram-se os indivíduos com idade até aos 10 anos, inclusive.

c) *Número de chefes-de-família do Grupo IV*

Número de chefes-de-família das profissões incluídas no Grupo IV	65 225
(Obteve-se directamente somando os chefes-de-família de cada profissão — <i>Quadro 5</i> do Censo)	
Número de chefes-de-família «proprietários dos centros urbanos»	11 140
<i>Total</i>	<hr/> 76 365

d) *Número de chefes-de-família do Grupo III*

Número de chefes-de-família das profissões incluídas no Grupo III	70 072
(Obteve-se directamente somando os chefes-de-família de cada profissão — <i>Quadro 5</i> do Censo)	
Número de chefes-de-família «proprietários das zonas rurais»	68 347
<i>Total</i>	<hr/> 138 419

e) *Número de chefes-de-família do Grupo II*

Obteve-se por diferença entre o número total de chefes-de-família «patrões» e «empregados» e o número de chefes-de-família dos Grupos III e IV, descontando-se nestes os pertencentes aos assalariados, assoldadados, tarefeiros e isolados. Atendendo ao seu pequeno número, desprezou-se o desconto devido aos chefes-de-família «não-remunerados» ou com «situação n. e.».

A fim de estimar o número de chefes-de-família entre os «isolados» e os «trabalhadores por conta de outrem» (menos os empregados), incluídos nos grupos III e IV, estabeleceu-se a seguinte hipótese de cálculo: a razão entre o número de indivíduos «isolados» e «trabalhadores por conta de outrem» dos Grupos III e IV e o seu número total mantém-se quando considerarmos apenas os chefes-de-família. O *Quadro n.º 2* resume os cálculos efectuados com base nessa hipótese.

QUADRO n.º 2

		Profissões dos Grupos III e IV (1)	Profissões (Total) (1) / (2)	Porcentagem (1) (2)	Chefes-de- família (Total)	Chefes-de-família das profissões dos Grupos III e IV
Isolados	H	39 111	390 786	10,0	366 926	36 693
	M	5 553	45 865	12,1	28 002	3 388
Trabalhadores ...	H	9 151	1 511 475	0,6	836 076	5 016
	M	4 357	231 612	1,9	52 462	1 092
						46 189

Número total de chefes-de-família «patrões» e «empregados»	632 728
Número de chefes-de-família «patrões» e «empregados» dos Grupos III e IV: 135 297 — 46 189 =	89 108
Número de chefes-de-família do Grupo II ...	543 620

f) *Número de chefes-de-família do Grupo I*

Chefes-de-família, entre os «trabalhadores por conta de outrem» (menos os empregados).

Assoldados ao ano	6 731
Assalariados	867 570
Tarefeiros	13 356

Chefes-de-família, entre os «não-remunerados»:

Pessoas de família	532
Outros	346

Chefes-de-família, entre os «isolados»:

Não-agrícolas	111 970
Agrícolas	282 958
<i>Total</i>	1 283 463

A este total abateu-se o número de chefes-de-família «isolados» e «trabalhadores por conta de outrem» (menos empregados),

já considerados nos Grupos III e IV, continuando a desprezar-se os «não remunerados» e os de «situação n. e.». Donde, o seguinte:

Número de chefes-de-família do Grupo I: 1 283 463 — 46 189 = 1 237 274.

*

Em síntese, os resultados obtidos no confronto da composição social da população estudantil e da população portuguesa são os que figuram no *Quadro n.º 3*.

QUADRO N.º 3

	Estudantes (1963/64)	Chefes-de-família (1960)	
		Número	Porcentagens
Grupo IV (camada alta)	42,2 %	76 365	3,8 %
Grupo III (camada média-alta)	41,8 %	138 416	6,9 %
Grupo II (camada média-baixa)	11,1 %	543 620	27,2 %
Grupo I (camada baixa)	4,2 %	1 237 274	62,1 %
<i>Ignorado</i> ...	0,7 %	—	—

*José
Ângelo
Correia*

A «élite» portuguesa dos negócios: alguns resultados dum inquérito

1. Introdução

Realizou-se em Setembro de 1966, nos Estados Unidos, o VI Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros, tendo como finalidade a análise e o debate da panorâmica actual da evolução social e de diversos aspectos da actividade literária, artística e científica em Portugal e no Brasil.